

O lugar da arquitetura no império da técnica: redes e projetos profissionais nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos (1920-1930)¹

The place of architecture in the empire of technique: professional networks and projects in the Pan-American Congresses of Architects (1920-1930)

LEONARDO FAGGION NOVO

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas | UNICAMP

RESUMO O presente artigo pretende identificar os projetos profissionais elaborados por arquitetos americanos e debatidos nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos entre 1920 e 1930. A realização dos Congressos indica a necessidade transnacional de legitimação profissional e permite entender como foi forjado um lugar para a arquitetura – e para o arquiteto americano – em meio aos debates sobre tecnocracia. A construção dessas *arquiteturas políticas* se assentava em estratégias que tinham como objetivo relacionar, arquitetura, cidade e cultura por meio da política. A implementação dessa agenda consolidou, por sua vez, uma rede profissional pan-americana a partir da qual transitavam ideias.

Palavras-chave Congressos Pan-Americanos de Arquitetos – tecnocracia – pan-americanismo.

ABSTRACT *The present article intends to identify the professional projects elaborated by american architects and debated in the Pan American Congresses of Architects between 1920 and 1930. The realization of the Congresses indicates the transnational necessity of professional legitimation and allows to understand how a place for architecture –and for the american architect – was forged in the debate about technocracy. The construction of these political architectures was based on strategies that aimed to relate architecture, city and culture through politics. The implementation of this agenda has, in turn, consolidated a pan american professional network from which ideas flowed.*

Keywords *Pan American Congresses of Architects – technocracy – pan-americanism.*

Problemas transnacionais, soluções continentais

O campo profissional da arquitetura e do urbanismo não pode ser pensado a partir de parâmetros ou debates exclusivamente nacionais. Suas dinâmicas extrapolam os limites e fronteiras territoriais formando um grande repositório baseado na circulação de ideias, conceitos, práticas, publicações e mesmo pessoas entre diferentes países. Frente a essas correspondências, diálogos e interlocuções, a busca pela *origem* de proposições, argumentos e projetos torna-se menos produtiva do que investigar a maneira pela qual eles foram mobilizados nos jogos e embates políticos de cada época – e continuam presentes nos discursos sobre as cidades americanas.

Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, vigentes desde 1920, são tomados como momentos privilegiados para a análise de discussões e embates entre diferentes delegações de países americanos reunidos para a exposição e debate de suas teses. Por meio deles, é possível identificar as disputas em torno de uma cultura profissional consolidada por meio de uma rede pan-americana. A relação entre essas duas categorias é pontuada por Rodrigo de Faria ao definir rede profissional como aquela em que a atuação e produção de conhecimento tem um caráter especializado e técnico nos termos de uma cultura profissional.² No caso da rede consolidada a partir dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, as implicações mútuas entre a tecnocracia e uma cultura bacharelesca corroboravam com o processo de especialização e institucionalização do campo profissional e legitimavam o lugar de destaque do arquiteto americano diplomado.

O levantamento dos temas selecionados para cada edição e um exame preliminar das teses apresentadas pelas delegações indicam como, nesses encontros, os debates de aspectos considerados “internos” ao campo – como a eleição de estilos, projetos e traçados urbanos, por exemplo – se articulavam a noções políticas, contextos sociais, aspectos culturais e a própria história para delinear e implementar uma agenda. Essa noção sinaliza a ideia de pauta ou programa de ação e de atividades coletivas e é tomada do trabalho de Mary Woods sobre a prática da arquitetura nos Estados Unidos. A autora a emprega para enquadrar os projetos elaborados e disputados pelas associações profissionais estadunidenses a partir do século XIX. Seu uso indica não só esse caráter propositivo e político desses projetos profissionais, mas também se relaciona com as concepções de Woods acerca da história da profissão. Ao salientar a importância dos movimentos associativos nas conquistas profissionais dos arquitetos, ela afirma que a profissionalização se deu por um esforço coletivo, alcançada por meio de sua organização e da cooperação dos membros dessa classe.³

No mês de março de 1920 reuniram-se na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai, arquitetos das mais variadas escolas, estilos e países. Esse “congruamento de obreiros do bello” se dava em razão da primeira edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, que, apesar de terem sofrido mudanças em sua configuração e papel político, acontecem até os dias de hoje.⁴ A história dos Congressos se confunde com a história da própria profissão de arquiteto no continente americano. A criação, em 1914, da Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay, fruto dos esforços de profissionais como Alfredo Campos, Alfredo Baldomir e Horacio Acosta y Lara, é identificada como marco desse processo. Um de seus objetivos iniciais, publicados nas páginas da revista *Arquitectura*, era o de levar à público debates relacionados às funções, deveres e obrigações profissionais do arquiteto.⁵ Esse projeto transnacional possibilitou a criação do Comité Permanente de los Congresos Panamericanos de Arquitectos em 1916.

Menos do que identificar uma origem – dada a impossibilidade de pontuar um único momento –, esses marcos parecem apontar para uma nova configuração política nas relações entre profissionais e Estado que permitiu maior amplitude dos debates relativos a regulamentação profissional e novas possibilidades de legitimar a atuação dos arquitetos americanos. O Comitê era formado por profissionais de diversas nacionalidades e teve papel de destaque na articulação feita entre os países participantes.

Em termos pragmáticos, seu funcionamento pode ser entendido por meio de dois regulamentos que previam a realização trienal dos Congressos na capital da nação americana designada para esse efeito, sem, contudo, especificar os critérios para essa escolha.⁶ Era prevista a organização de uma *Exposición Pan-Americana de Arquitectura* em todas as edições do evento, o que efetivamente aconteceu.⁷ A participação dos delegados poderia se dar por duas modalidades: como membros titulares – com direito a apresentar trabalhos, tomar parte nas discussões e participar dos passeios festas e excursões – ou como membros associados – podendo assistir às reuniões, mas sem tomar parte das deliberações.

Ao longo das sete edições ocorridas na primeira metade do século XX, vinte países foram representados por meio de profissionais agrupados em delegações cuja participação era inconstante.⁸ Frente a esse quadro heterogêneo, é possível identificar um forte engajamento de, ao menos, cinco países. Apenas quatro participaram de todas as edições entre 1920 e 1950: Argentina, Chile, Estados Unidos e Uruguai. O Brasil não participou da edição de 1923, sediada no Chile, mas enviou delegações a todas as demais.

Os Congressos eram pensados como momentos em que a profissão de arquiteto pudesse ser debatida e relacionada aos problemas enfrentados pelos *jóvenes países americanos*, adjetivação comum nas teses elaboradas nesses eventos.

O estudo de sua organização e efetiva realização nos permite identificar e entender os efeitos de um movimento que vai além da simples e abstrata circulação de ideias. Por meio de uma rede transnacional, esses profissionais operavam complexas articulações entre seu campo e prática profissionais e as novas teorias e políticas (econômicas, culturais e comerciais) que pretendiam definir um novo lugar para a América. Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos indicam como a necessidade de legitimação do exercício profissional do arquiteto parecia ser uma demanda continental, a partir da qual eram forjados laços de cooperação, solidariedade ou fraternidade americanas.

Os Congressos já foram objeto de estudo de outros pesquisadores e figuram nas narrativas da história da arquitetura de maneiras distintas. Os estudos de Paulo Santos e, mais contemporaneamente, Hugo Segawa e Cândido Malta Campos partem de um contexto de modernização, reformas urbanas e reconfiguração do campo profissional e pretendem elencar a história dos estilos e movimentos arquitetônicos. Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos são tomados como espaços de validação para determinadas trajetórias individuais, indicando como alguns profissionais brasileiros se posicionavam nos debates ocorridos nesses eventos, sobretudo em sua IV edição realizada em 1930 e sediada no Rio de Janeiro. Justamente por seu foco estar na atuação e posicionamento de determinados profissionais e não nos Congressos, eles acabaram por figurar como espaços de validação das trajetórias abordadas e continuam a ser pensados a partir das limitações e parâmetros nacionais e individuais.⁹ As teses de Joana Mello e Clévio Rabelo, por outro lado, articulam de maneira mais complexa as transformações do campo profissional e apontam limites de se pensar o tema a partir de categorias estritamente nacionais, apesar de mencionarem os Congressos muito brevemente.¹⁰

Outro viés analítico é o de enfatizar a circulação de ideias em prol da elaboração de soluções aos problemas urbanos comuns à várias cidades do continente. A intensificação dessa dinâmica no período entre as décadas de 1920 e 1960 é apontada como resultado de um processo de expansão urbana e demográfica nas cidades sul-americanas, ocasionando a emergência ou agravamento de problemas urbanos, forçando os profissionais a buscarem novas soluções para enfrentá-los. A organização da coletânea *Urbanismo na América do Sul*, por Marco Aurélio Figueira Gomes reúne trabalhos que partem dessa premissa. Na apresentação da obra, o autor afirma que sua intenção é a de entender a formação de uma “cultura urbanística” a nível continental, focalizando, nesse processo, o lugar da experiência sul-americana.¹¹

143

Por trás desse objetivo ainda podemos observar um pressuposto: a necessidade de superar as limitações impostas pelas fronteiras nacionais no trato de problemas supranacionais, sobretudo pela tendência eurocêntrica que privilegia as relações Norte-Sul e a segmentação entre Brasil e os países de colonização espanhola. A ênfase à região sul do continente nos remete às dinâmicas das primeiras edições dos Congressos. A obra indica a incorporação, nas pesquisas mais recentes, da apreensão do campo profissional e conceitual da arquitetura e do urbanismo como um repositório de saberes e práticas. Essa perspectiva permite delinear uma rede, conectando especialistas de várias cidades do continente que passavam a responder, de maneira específica, às questões urbanas identificadas como comuns. O papel de iniciativas como os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos estaria, então, dentro do escopo de estratégias de se construir uma natureza política, econômica e cultural para um conceito ou uma ideia – o pan-americanismo –, para além de sua dimensão intelectual. A consolidação de redes profissionais a partir dessa intenção, portanto, sublinha essa ideologia que se colocava, também, em disputa nesses espaços.

Em lugar de narrar extensiva e cronologicamente os trabalhos elaborados nas quatro primeiras edições do evento (ocorridas entre 1920 e 1930), pretendo identificar os pressupostos mobilizados por esses arquitetos em suas defesas pela regulamentação profissional e, a partir disso, entender como essa questão se articulava com projetos políticos mais amplos referentes ao lugar da América e, conseqüentemente, do arquiteto americano. Uma das primeiras características discursivas identificadas na análise das Atas e Trabalhos dos Congressos é seu tom diplomático, que muitas vezes distancia a tomada de posições radicais por alguns delegados com o discurso oficial publicado nas revistas e atas. Essa diplomacia era sempre atrelada à criação ou manutenção de sentimentos fraternais e solidários entre os arquitetos americanos. O delegado brasileiro Alexandre Albuquerque explicita essa conotação em seu discurso de 1927 na sessão de abertura do Congresso ao exaltar a “significação moral” desses eventos, que possibilitam articulações profissionais, políticas e transnacionais consolidadas em prol da ideia de união americana.¹²

Outros exemplos desse verniz diplomático, característico dos discursos pronunciados nesse tipo de evento na época, podem ser encontrados em algumas passagens da ata do evento de 1930. A tônica dos discursos proferidos no Rio de Janeiro por inúmeros profissionais – tanto arquitetos, quanto engenheiros¹³ – era a de exaltar, assim como o fez o delegado argentino Ricardo Gonzáles Cortes, o êxito do evento em conciliar as aspirações coletivas.¹⁴ O mesmo espírito fraterno é expressado pelo uruguaio Eugenio Baroffio ao afirmar terem experienciado “uma afetuosa reciprocidade” no intercâmbio de ideias que tornaram possível o apagamento das fronteiras políticas em prol do reconhecimento, entre os delegados, como irmãos de uma civilização comum.¹⁵

Ambos os discursos foram proferidos na sessão de encerramento do Congresso, em meio a falas de outros representantes dos demais países participantes, bem como autoridades nacionais, que argumentavam nesse mesmo sentido. Essa recorrência indica o propósito de consolidar esse tipo de relação cooperativa entre os arquitetos americanos em prol da continuidade da realização dos eventos e materializar a ideia abstrata de integração americana.

A distância entre esse tipo de narrativa institucional, constante ao longo de toda a história dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, e as polêmicas e desavenças ocorridas nesses espaços é explicitada quando, na mesma ata, observamos tentativas de atenuar ou até esconder uma face não tão cordial da América. Na sessão anterior, ocorrida no mesmo dia, em meio aos debates sobre a concorrência entre engenheiros e arquitetos no exercício de atividades urbanísticas foi publicada em ata a seguinte afirmação: “Em continuação, a mesa foi autorizada a retirar dos anais os termos que poderiam ser ofensivos para a cordialidade americana. Isso ocasionou alguns protestos”.¹⁶

Essa cordialidade americana pode ser entendida como parte de estratégias discursivas, mobilizadas em prol dos objetivos políticos do próprio Congresso que, nesse sentido, extrapolavam as questões internas ao campo da arquitetura e do urbanismo. Parecia estar em jogo, para além das conclusões ou teses elaboradas, a possibilidade de se construir relações sólidas entre os profissionais e inseri-los nas dinâmicas pan-americanistas que se apoiaram e serviram de apoio para o campo da arquitetura e urbanismo desde, ao menos, o final do século XIX.¹⁷

144

Ao longo dessas décadas, os arquitetos representantes das nações americanas se correspondiam por cartas e ofícios nos quais, apesar de manterem a diplomacia necessária no contato institucional entre duas nações, acabavam por manifestar outras dimensões de suas relações. A correspondência entre membros da delegação brasileira com o Comitê Permanente, representado pelo arquiteto uruguaio Horácio Acosta y Lara, permitem conhecer as negociações de uma série de protocolos e atitudes que indicavam a aproximação entre esses países e os profissionais.¹⁸ Em 10 de dezembro de 1922, o presidente da Sociedade Central de Arquitetos do Brasil, Adolfo Morales de los Rios Filho, escreveu a Acosta y Lara expondo dez pontos a serem esclarecidos sobre a organização do próximo Congresso, que aconteceria em 1923 em Santiago. Suas dúvidas, por vezes, assumem o tom de críticas à falta de oficialidade do convite feito à delegação brasileira: “Quem expedirá as credenciais de nossos representantes [...]? Qual é o regime econômico sob o qual deverão ir nossos representantes, tanto do ponto de vista do transporte como de residência durante a celebração do dito Congresso?”. Morales de los Rios Filho enfatizava, por meio de suas perguntas, a falta de informação na convocatória feita pela Comitê, que não havia informado nem quais seria os temas oficiais propostos e a data do evento.

O Brasil não enviou delegados à segunda edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Ainda que essa documentação não nos permita concluir o motivo, essa aparente falta de comunicação pode ser um fator a se considerar e reforçar a hipótese de uma relação diplomática conturbada entre os países. No fim desse mesmo mês, Acosta y Lara respondeu ao presidente da Sociedade. Ele foi categórico em afirmar que os profissionais foram convidados como representantes dos arquitetos brasileiros, e não do Governo do Brasil, por isso não seria necessário se comunicar com os Governos de cada país.

O papel das comissões e da cooperação entre os arquitetos era recorrentemente exaltado nas correspondências, representando os meios para alcançar os objetivos políticos traçados pela categoria. Em uma carta de 1929, o Comitê brasileiro afirmava ser a atuação do Comitê Permanente fator de união entre os arquitetos pan-americanos e um fator de progresso para os países do continente. Por isso, a composição desses órgãos e dos postos de representação nacional não era aleatória ou impensada. De acordo com o Regulamento do Comitê Permanente, o convite para sua composição

deveria ser feito apenas aos Comitês Regionais, às associações de classe, aos arquitetos e aos órgãos de ensino de cada país, entendidos como os elementos autorizados de ligação e comunicação.

*Compete ao Comitê a função de reunir os elementos mais representativos principalmente nos países onde há correntes diversas para fundi-los no grande Comitê Nacional, o qual deve de fato representar perante os demais colegas das Nações Americanas, o pensamento coeso de seus arquitetos.*¹⁹

Ou seja, eles faziam parte de um mecanismo de articulação profissional e política que objetivava atuar em diversas escalas como um propulsor de pensamentos e discursos coesos sobre o arquiteto e a arquitetura na América. Esse projeto, ao que indicam os discursos, deveria ser viabilizado por meio da solidariedade entre as nações e profissionais americanos. O jogo entre a atuação individual ou local dos arquitetos e um projeto coletivo, continental, era a base dessa solidariedade, constantemente reafirmada nos Congressos. Em 1927, o Comitê Permanente exaltava a “solidariedade continental” refletida nos eventos. A amplitude desse sentimento também fora notada pelos brasileiros em 1930 em sua manifestação de alegria por sediarem a “mais importante reunião fraternal dos arquitetos do continente americano”.²⁰

Defesas tecnocráticas da profissão

Convém regulamentar a profissão de arquiteto? Foi a partir dessa pergunta que o tema passava a ser debatido na edição de 1920, sediada no Uruguai e eram sintetizados os objetivos profissionais da campanha iniciada alguns anos antes. As conclusões dos debates dessa primeira edição foram apresentadas em duas sessões plenárias.

A primeira sessão destinou-se aos temas “Transformação, *ensanche* e embelezamento da cidade de tipo predominante na América” (tema I); “Casas baratas, urbanas e rurais, na América” (tema IV); “O ensino de arquitetura deve acontecer em faculdades especiais?” (tema VII) e “Criação de um Centro Pan-Americano de aperfeiçoamento para os arquitetos” (tema VIII). É possível identificar, por esse agrupamento, um pressuposto comum: uma suposta peculiaridade americana que os diferenciava de práticas e contexto europeus e os permitia formular e forjar respostas próprias e regionais para seus problemas. Mesmo no tema relacionado ao ensino de arquitetura, a princípio destoante dessa discussão sobre o lugar da América, é possível observar a necessidade, transformada em conclusão, de um melhor conhecimento da História da Arquitetura da América pelos arquitetos americanos.²¹

145

Na sessão seguinte, de um total de cinco temas, três tinham relação direta com a prática dos arquitetos americanos que buscavam consolidar seu campo profissional: “Convém regulamentar o exercício da profissão de arquiteto?” (tema III); “Meios de obter uma maior cultura artística ao público para uma melhor compreensão da obra arquitetônica” (tema V); e “Responsabilidade profissional do arquiteto” (tema VI).

Segundo as conclusões do tema III, a regulamentação profissional iria garantir ao arquiteto um lugar privilegiado no planejamento e gestão urbanos. Essa seria a única solução para a garantia de beleza, segurança e higiene dos edifícios e, também, da população. Esse tipo específico de determinismo do meio sobre uma raça, no qual a melhoria das condições físicas de moradias influenciaria a saúde e a moral de seus habitantes, é um dos argumentos centrais a partir do qual se forjava o lugar do arquiteto nas conclusões dos trabalhos apresentados. Dessa forma, o Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos declarava que

*Para melhorar a estética das cidades, para fomentar a cultura geral, para conseguir um critério definido nas condições de nossas habitações, que tanta influência têm na saúde física e moral de um povo, para garantir a beleza, segurança e higiene de todo tipo de edifício, é indispensável regulamentar o exercício da profissão de arquiteto.*²²

A arquitetura era apontada como a única disciplina capacitada e autorizada para dar soluções aos problemas identificados e o arquiteto como profissional possuidor de todos os conhecimentos artísticos, científicos, jurídicos e econômicos necessários para projetar as obras de arquitetura e executá-las sob sua direção. A reserva de mercado e a consolidação de atividades profissionais próprias e privativas seriam os meios para que sua atuação pudesse trazer os benefícios sociais desejados. A regulamentação do exercício profissional, além de almejada, era entendida como fundamental para a solução dos problemas urbanos de maneira satisfatória.

Grosso modo, os trabalhos e teses partiam da elaboração ou reconhecimento de um problema que, apesar de antigo, chegara em uma situação insustentável. Os arquitetos, então, identificavam as causas e, mobilizando um arsenal conceitual mais ou menos variável, apontavam soluções. O efeito de transformar a cidade em problema era duplo: ao mesmo tempo em que se distinguia o ideal do real – movimento inicial para a proposição de transformações e mudanças –, dotava-se de significância a classe de profissionais que não só conseguia assinalar os problemas, mas também formular suas soluções e traduzi-las em termos técnicos e estéticos. Essa garantia seria assinalada pelo diploma, dotado de valor e capacidade de distinguir aqueles que eram autorizados daqueles que não deveriam atuar profissionalmente.

Dos trabalhos apresentados referentes ao tema da regulamentação, três foram integralmente publicados nas “Actas e Trabajos”: um da comissão uruguaia e dois argentinos. Apesar de expressarem diferentes posicionamentos, eles partiam de uma mesma caracterização da América e, por conseguinte, da arquitetura e dos arquitetos americanos, feitas a partir da ausência, seja de legislação, cultura, salubridade, estética, dentre outros.

Román Berro, autor do trabalho da comissão uruguaia, identificava o crescimento desordenado das cidades na América como um problema, porém afirmava não haver uma solução ou resposta uniforme a ele. Seria necessário conhecer as diferenças de cada país e região no trato da questão, bem como as heterogêneas práticas profissionais, para que o Congresso pudesse sancionar diretrizes efetivas de controle do exercício profissional dos arquitetos. Apesar de considerar situação específicas, ele afirmava que os efeitos da prática desregulada da arquitetura seriam sentidos universalmente, incidindo de maneira geral sobre a segurança das construções; a higiene dos edifícios e a estética urbana.²³ Enquanto seus companheiros uruguaio apontavam para a falta de ordem no crescimento das cidades, Alberto Coni Molina, do comitê argentino, identificava uma “ausência absoluta de caráter arquitetônico” traduzida na falta de estética e harmonia das construções que incidia diretamente na moral de seus habitantes e cidadãos. Repensar a habitação seria, nesse sentido, promover o restabelecimento de laços familiares e reabilitação de indivíduos através da construção de lugares confortáveis e salubres que os mantivessem afastados de áreas da cidade consideradas antros de vício.²⁴

A defesa profissional feita por Molina partia da relação entre ordenação e controle do meio e especialização profissional. Sua tese argumentava sobre a necessidade de uma regulamentação não só da profissão, mas de todo o ambiente urbano em prol de reverter sua “evolução problemática e desordenada”. A delegação argentina, por meio dos dois trabalhos apresentados nesse Congresso, não só identificava “adversários da regulamentação” como transformava essa questão em um problema cultural de maior amplitude. Segundo Ramon Lucía, autor do segundo trabalho, a má prática da arquitetura, tanto por engenheiros civis quanto por construtores não diplomados, contribuía para a falta de conhecimentos artísticos e científicos da população em “países especulativos”, peculiaridade ressaltada por ele dos países americanos.²⁵

A caracterização desse problema como cultural indicava, para Lucía, a insuficiência das leis como solução. Para ele, o caminho era realizar uma ampla reforma no ensino, desde o nível básico até o superior. A cultura, nessa perspectiva atrelada à educação, era entendida como passível de mudança. Um novo tipo de formação, com maior ênfase em aspectos estéticos e no que ele chamou de “transcendência histórica” da arte, levaria a uma sensibilização da sociedade em relação à “verdadeira vocação da arquitetura” e do arquiteto: um elemento de alta cultural no seio da sociedade. A justificativa cultural, na qual a própria noção de cultura se mostrava bem alargada e indefinida, era reforçada por Coni Molina que justificava e valorizava a existência dos CPA’s por fazerem parte de um movimento fundamental ao desenvolvimento da cultura nos países americanos.²⁶

A tônica dos trabalhos argentinos apresentados em 1920 era a de denunciar os usos indevidos de títulos e a não especificidade da função e das atividades do arquiteto no campo da construção. Esses fatores compunham um problema que, de uma só vez, representava os percalços de se regulamentar a profissão e sua necessidade. O que era identificado por esses arquitetos como obstáculo e contratempo, foi encarado pelos uruguaios como a expressão de uma singularidade americana. Nessa perspectiva, o mercado configurado a partir de distintas e plurais práticas da construção estabelecia e consolidava um lucrativo negócio. A heterogeneidade do campo e as condições lucrativas de atuação dos profissionais não seriam o problema, desde que fosse barrada a atuação dos “charlatões”, ou seja, daqueles que não possuíam os diplomas.

Apesar de elaborações distintas, as duas delegações mobilizavam os mesmos pressupostos: o estabelecimento do diploma como índice de domínio da técnica; e o estabelecimento dessa como imperativo para intervir nas cidades americanas em prol de se alcançar o progresso cultural de seus habitantes. A perspectiva tecnocrática ganhou força e se consolidou ao longo do século XX, sendo importante historicizá-la e entender o contexto de sua formulação e propagação. Em 1933, o jornalista Allen Raymond publicou *What's technocracy?* nos Estados Unidos. O livro pretendia definir tecnocracia, a “nova palavra de 1932” e era resultado de uma série de estudos realizados pelo autor enquanto repórter do *New York Herald Tribune*. Cunhado pelo engenheiro William H. Smyth da University of California, em Berkeley em meados de 1919, o vocábulo se referia a um sistema e a uma filosofia de governo baseados no império da técnica. Na década de 1930 a palavra iria ressurgir a partir da atuação e das atividades de um pequeno grupo de profissionais de New York sob a liderança de Howard Scott, cientista e engenheiro, que se reunia na Columbia University. Além dele, compunham o grupo o economista Thorstein Veblen; o matemático e engenheiro Charles P. Steinmetz; o físico Richard Tolman e Frederck L. Ackerman, arquiteto.

A tecnocracia foi elaborada por esses engenheiros a partir da percepção desse vácuo no sistema de crenças políticas observado nos EUA com a quebra da bolsa de valores em 1929. Esse foi o pressuposto para que a *Technical Alliance* publicasse uma série de trabalhos, como o “Energy Survey of North America” de Howard Scott. Junto aos gráficos, estatísticas e fórmulas relativas ao desempenho energético dos sistemas de produção americanos, o autor elaborava o que considero ser seu grande argumento: o lugar do engenheiro e dos técnicos nessa nova ordem política e social que se instaurava. A supremacia técnica representada por esses profissionais seria a resposta à crise tecnológica identificada por eles.

Os impactos desses inflamados discursos e proposições da Technical Alliance – que assumiam, muitas vezes, um tom profético – não se restringiam ao meio norte-americano. Nas edições de maio e junho de 1933 foi publicado no *Boletim do Instituto de Engenharia*, o texto “Os arautos da tecnocracia”, de Luís Inácio de Anhaia Mello. Mais do que uma tradução, o artigo do politécnico explicita sua interpretação sobre o texto de Raymond. Ele estabelece uma correlação entre a Grande Depressão sentida nos Estados Unidos no período após a quebra da bolsa de valores, em 1929, e a situação brasileira no pós-1930, ambas marcadas pela insegurança social. Com a atualização de alguns dados e a inserção da metáfora medieval – parte do léxico comum aos Politécnicos da época²⁷ –, Anhaia Mello reforça as relações entre a eleição da tecnocracia e a desilusão com os governos políticos para, então, expor a gênese do termo e os perfis biográficos de alguns membros do grupo elaborado pelo jornalista norte-americano.²⁸ Acreditar na supremacia da técnica e em seu caráter estruturante era, também, acreditar no poder daqueles que a dominavam.

No terceiro encontro, sediado em Buenos Aires, o exercício profissional dos arquitetos era debatido em outros termos: “Como se definir o Arquiteto na América e quais devem ser suas atividades no exercício profissional”. A ênfase recaía, então, sobre a melhor elucidação das atividades exclusivas do arquiteto, explicitando a percepção já expressa no Uruguai de que a simples sanção de normas legais era insuficiente para solucionar o estado de confusão que continuava a dificultar o exercício profissional dessa classe. A maior abrangência no trato da questão nos indica como os profissionais, em 1920, partiam da existência de um consenso sobre a arquitetura enquanto prática profissional. Com o acúmulo de debates e diferentes pontos de vista, entretanto, o tema fora elaborado no Congresso de 1927 a partir da ênfase, justamente, nessas divergências e dissensos.

É interessante observar que no I CPA a comissão uruguaia era a única a, explicitamente, defender uma postura que considerasse as diferenças entre práticas e profissionais americanos. No Congresso da Argentina, contudo, a estratégia de se construir uma suposta identidade profissional não dependia de um consenso efetivo que homogeneizasse o continente. Ela seria forjada, justamente, a partir dessa diferença, que explicitava, por sua vez o jogo e tensão entre regional e universal. Apesar de estarem submetidos a problemas muito similares e estabelecerem categorias analíticas e práticas comuns americanas, as respostas de cada delegação seriam particulares a seu contexto e nação. Dessa maneira, entre o local e universal, entre o particular e o geral, esses arquitetos demonstravam os limites do consenso e reafirmavam a importância estrutural desse repositório de diferentes saberes e práticas na formação e consolidação de seu campo profissional.

Apesar de dar espaço para a expressão das divergências, o pressuposto comum a todos os trabalhos era o de que a arquitetura, que continuava a vacilar entre arte e técnica, deveria “refletir seu meio” e operar em prol da sociedade na qual está inserida, como argumentava a comissão uruguaia em sua tese.²⁹ O arquiteto, nessa lógica, era encarado como um homem de sua época, que deveria guiar sua prática a partir desses preceitos entendidos como *modernos* e representar o “elevado grau de cultura, inteligência e progresso de um povo”, como argumentava Augusto de Vasconcellos Junior. A persistência na ênfase de determinada particularidade americana foi expressa pelo chileno José Alcaide em sua caracterização do “arquiteto jovem” e sua inserção específica no campo profissional. Não era só o mercado americano que mostrava uma dinâmica diferente àquela encontrada no “velho continente”, mas a América também condicionava um novo tipo de profissional.³⁰

Se, por um lado, os apelos dirigidos aos poderes públicos por medidas de controle e normatização do campo profissional constituem uma constante na história da profissão a partir dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, por outro, observa-se que as justificativas para esse fim foram elaboradas de diferentes maneiras e mobilizaram diversas áreas do conhecimento em prol de sua legitimidade. Nesse sentido, a maneira pela qual foram articuladas arquitetura, cultura e política, a partir de uma chave interpretativa que exaltava a peculiaridade americana, foi apurada.

Incompletudes históricas: o lugar da América

Ao longo de todas essas edições é possível perceber o esforço desses arquitetos em identificar certa peculiaridade da América, seja ela positivada ou negativada. Em 1920, os debates sobre “transformação, *ensanche* e embelezamento da cidade de tipo predominante na América” enfatizaram a falta de estudos sobre as condições de higiene, estética e economia. Essa ausência iria caracterizar as cidades americanas, compostas por um estado de coisas extremamente defeituosas. As soluções para se reverter esse quadro seriam alcançadas através de uma maior regulação das reformas e extensões urbanas pelos Estados e Governos locais e o abandono de algumas práticas tidas como arcaicas, como a uniformidade geométrica dos lotes, em prol dos preceitos de uma urbanização *moderna*. Além disso, os arquitetos expressaram nas conclusões a necessidade urgente de se criar um organismo central – a Liga Pan-Americana das Cidades, que nunca existiu nesses termos – responsável por sistematizar o intercâmbio de ideias, projetos e observações experimentais entre as cidades da América, acompanhado de um plano de propaganda que despertasse, no público, o interesse acerca dos estudos relativos aos “problemas de urbanização” e seus múltiplos aspectos.³¹

O ensino da arquitetura era entendido como crucial no desenvolvimento do *progresso* e da cultura americanas e responsável por criar um ambiente favorável a seu desenvolvimento. As instituições de ensino articulavam a tecnocracia e a cultura bacharelesca, uma vez que formavam os diplomados que deveriam deter os conhecimentos técnicos, artísticos e científicos necessários à sua prática, como argumentava as teses.³² Como aponta Josianne Cerasoli,³³ o “bacharelismo” passou a caracterizar a atuação dos engenheiros até o início do século XX por meio de práticas encaradas como enciclopédicas ou universalistas. A multiplicidade de funções e a atuação em diversas frentes dos engenheiros oitocentistas contrastavam com o processo de especialização iniciado no século seguinte. Se nos determos na história

da engenharia no Brasil, é relevante assinalar que era possível conquistar o título de Bacharel ou Doutor, a partir da elaboração da tese, em Ciências Físicas e Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais na Escola Militar da Corte a partir de 1842. Pedro Telles afirma que esses foram os primeiros títulos do ensino de engenharia no país inteiramente desvinculados do caráter militar.³⁴

A cultura do bacharel e a ascensão dos técnicos são processos complementares que representam as transformações e a valorização de um outro tipo de formação que pretendia continuar a construir um espaço exclusivista ditado pela formação superior e a obtenção de um grau de distinção. O que se coloca como tensão nesse momento, portanto, é a criação de uma nova face para essa cultura do bacharel, que já era consolidada nas carreiras do direito e da medicina. É possível identificar discursos de engenheiros politécnicos, tanto civis quanto arquitetos, que nos indicam como era criticada a apreensão exclusivamente teórica do bacharel e as tentativas de disputar essa categoria para que ela passasse a corresponder, também, a atividades práticas.³⁵

Esses elementos eram mobilizados de diferentes maneiras pelos arquitetos em prol de delinearem uma missão profissional. O Congresso reconheceu a importância de tal demanda por meio de suas conclusões e considerou necessário o estudo da história da arquitetura do continente como complemento para a educação e cultura artística do arquiteto americano. Cada Universidade ou Faculdade deveria desenvolver interesse sobre a arquitetura e arte próprios de seu país e das regiões que ele abarca, objetivando constituir uma “grande obra de História da Arquitetura da América” a partir da congregação dessas diferentes e particulares histórias.³⁶

Esse destacado papel da história nos projetos elaborados e disputados pelos arquitetos nos Congressos Pan-Americanos, em plena articulação com diferentes interpretações sobre a cultura, fica ainda mais patente se reajustarmos a escala de nossa análise e focarmos em publicações específicas de determinados profissionais. O brasileiro Adolpho Morales de los Rios Filho e o argentino Angel Guido, nesse sentido, nos fornecem indícios de como eram partilhados pressupostos mobilizados, por diferentes caminhos, em prol de articular demandas profissionais e o lugar da América nesse novo império da técnica.

Angel Guido (1896-1960) diplomou-se como engenheiro civil em 1920 e, no ano seguinte, arquiteto pela Universidad Nacional de Córdoba. Na historiografia argentina, é destacado por ser um dos autores do *Monumento Nacional a la Bandera* cuja inauguração ocorreu em 1957 em Rosário, sua cidade natal. Guido participou como delegado dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, porém, diferentemente da maioria de seus colegas, seus trabalhos se ancoravam em um complexo debate teórico que articulava a história, a arquitetura e a arte. Ele publicou em 1940 a primeira edição da obra *Redescubrimiento de America en el Arte* com o propósito de orientar o trabalho do artista americano, que deveria contribuir, autenticamente, para o engrandecimento espiritual e estético do continente: “Nossa esperança é, em suma, que aquelas criações vernáculas surjam em toda América, em um sinfônico renascimento estético limpidamente americano.”³⁷

As duas epígrafes escolhidas pelo arquiteto para iniciar a obra problematizam o lugar da América e enfatizam a categoria da cultura como fator de união. A primeira é um trecho de *The Re-Discovery of America* de autoria do estadunidense Waldo Frank (1889-1967). Mobilizando o mesmo léxico aplicado por Guido ao campo da arquitetura, ele localizava no “além-mar” uma terra mal nomeada, mal julgada e ainda não revelada: a América.³⁸ A segunda é do peruano José Uriel García (1884-1965) e sua caracterização do “novo índio” americano. Mais do que um grupo étnico, ele seria uma entidade moral: “[...] ‘novos índios’ são todos os guias de nossos povos, pensadores, artistas, heróis que dão modalidade ao continente”.³⁹

A noção de redescobrimto se baseia em seu argumento de que, para além da emancipação política, seria necessário que os países americanos passassem por um segundo processo de emancipação, o da arte. A “arte particular” de cada um dos povos constituiria, segundo Guido, a “credencial espiritual” mais eficaz para construir os laços de fraternidade: “A Beleza é o valor – dentro do conceito filosófico dos valores – mais digno de ser usado nas empreitadas de amizade encaradas pelos povos”.⁴⁰ Esse alcance estético e político do redescobrimto da América justificava a necessária colaboração de todos os artistas americanos, transfigurada em missão.

Adolpho Morales de los Rios Filho (1887-1973), por sua vez, nasceu na Espanha, mas foi naturalizado brasileiro. Assim como Guido, sua formação foi dupla: primeiro como engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, posteriormente, arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes, em 1914. Sua trajetória foi marcada por ter integrado a Comissão responsável por elaborar o anteprojeto da regulamentação profissional de engenheiros e arquitetos, promulgado no Brasil em 1933, representando o Instituto Central dos Arquitetos. Sua história, nesse ponto, se confunde com a história institucional da arquitetura. Ele foi o mais longo presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), ocupando o cargo de 1936 a 1960, e membro de outros órgãos de representação profissional no início do século XX, como a Associação Brasileira de Urbanismo.⁴¹

Apesar de poucos estudos sobre o arquiteto, sua produção textual foi numerosa, tanto relacionada ao campo profissional e aos problemas inerentes à prática arquitetônica, quanto sobre história e teoria da arte. Alguns títulos merecedores de destaque são *A Regulamentação da Profissão de Arquiteto* (1934); *Exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor – resoluções e documentação* (1938); *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira* (1941); *Orações* (1950); *Teoria e Filosofia da Arquitetura* (1955), *Ensino Artístico* (1958).⁴² Ele integrou o Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e foi membro do *American Institute of Architecture* e da *Asociación de Arquitectos de Chile*. Essa preocupação em articular-se com profissionais e instituições estrangeiras ainda o motivou a promover a vinda para o país de profissionais como o mexicano Alfonso Pallares, o franco-suíço Le Corbusier, o austríaco Eugênio Steinber e o português Raul Lino.

Seu livro sobre a regulamentação profissional publicado em 1934, apesar de ter como objetivo sintetizar e consolidar uma narrativa sobre o processo brasileiro é dedicado “aos companheiros de Ideal: os arquitetos da América” e “aos companheiros de Luta: os arquitetos do Brasil”. Na introdução, ele explicita que a obra é resultado de motivações do arquiteto chileno Ricardo Gonzáles Cortés, vice-presidente do Comitê Permanente de Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e Presidente da *Asociación de Arquitectos de Chile*. O mesmo movimento é encontrado no prefácio da obra de Guido, onde ele agradece aos “admirados amigos uruguaios” por terem o motivado a escrever sobre o tema convidando-o para uma série de palestras: General Arquitecto Don Alfredo R. Campos, à época Ministro de Defesa do Uruguai; Don Orestes Baroffio; Horacio Acosta y Lara, ex-Intendente de Montevideú; Armando Acosta y Lara, Decano da Facultad de Arquitectura, dentre outros nomes.⁴³

Mais do que correspondências, a inserção desses arquitetos nessa rede transnacional de profissionais empenhados na campanha pela regulamentação legitimava suas demandas e indicava a articulação entre um “debate nacional” e um “debate internacional” sobre o campo da arquitetura no período colocando em uso e em embate conceitos, obras de referências, projetos, ideias e pessoas.

Se nas décadas de 1930 e 1940 o presidente do CONFEA se empenhou em registrar a campanha por regulamentação profissional e mediar as tensões decorrentes da promulgação do Decreto 23.569, na década de 1950 Morales de los Rios Filho parece ter partido para planos mais ambiciosos. Publicada em 1955, sua mais extensa obra, *Teoria e Filosofia da Arquitetura*, conta com dois tomos e nove partes nas quais ele elabora sua própria história universal da arquitetura. Nela, é possível perceber mais explicitamente o papel da história na construção do pensamento do autor, bem como seu objetivo com a elaboração desse tipo de explicação enciclopédica sobre temas que o interessavam. Ele se colocava confortavelmente em um lugar *entre* a arquitetura e a filosofia, assinalando que um de seus objetivos metodológicos era o de transpor esse limite entre as duas disciplinas: “Por isso, cogitou-se da história, visto que sem esta não seria possível fixar cronologicamente as teorias”.⁴⁴ A arquitetura se tornaria a representação viva das épocas e civilizações e das aspirações, esforços, lutas, conquistas e desastres dos povos quando pensada na história.

O padrão narrativo formulado por Morales de Los Rios Filho e utilizado em diversas de suas explicações – seja das origens da profissão de arquiteto ou de como a disciplina “evoluiu” no Brasil – parte de pressupostos positivistas e de uma função específica da história: apresentar os processos de transformação pelos quais determinada questão ou tema passou ao longo do tempo. Nesses discursos, a história efetiva seria uma projeção no tempo de uma série de etapas, alinhadas em um processo lógico. Esse tipo específico de história foi teorizado por Hegel no século XIX a partir

do que ele chamou de História Universal. Nela, todas as qualificações e valorações do passado são calculadas a partir do presente, que se configura como um término da evolução.⁴⁵

A *Filosofia da História Universal* formulada por Hegel evidentemente é mais complexa do que o exposto aqui. Entretanto, retomo a leitura feita pelo filósofo espanhol José Ortega y Gasset que buscou compreender a maneira pela qual Hegel entendia a América. Em texto publicado em 1930, ele afirma que a ausência de um futuro na filosofia de Hegel coloca uma grande problemática relativa à história da América, frequentemente caracterizada como um eterno vir-a-ser.⁴⁶ O continente ainda não teria começado sua plena vida de Estado por não haver ainda tensões suficientes para produzir mudança. Para que um Estado adquira verdadeiras condições de existência é preciso que ele não esteja sujeito a uma emigração constante e que a classe agricultora, impossibilitada de estender-se, tenha que se *concentrar* em “cidades e indústrias urbanas”. É a partir dessas linhas da filosofia da História de Hegel que Ortega y Gasset identifica uma teoria geral nunca completamente explicitada por ele: a história da “espiritualização” do Universo é dada em função da densidade populacional dos agrupamentos humanos.⁴⁷ Nessa teoria, qualquer aspecto *moderno* identificado na América seria, simplesmente, o resultado de uma transposição mecânica da cultura europeia a um meio mais “fácil”. Apesar disso, a “alma americana” continuaria dotada de uma espiritualidade primitiva, constituindo-se em não mais do que um eco do velho mundo e um reflexo de uma vida alheia.

Dar relevo às teorias de Ortega y Gasset nos aproxima dos pressupostos mobilizados por esses profissionais. O filósofo pode ser encontrado nas referências filosóficas dos cursos de arquitetura à época e em algumas citações do livro de Guido. A compreensão da história sublinhada nas conclusões do Congresso indica a permanência desse ideal progressista hegeliano, no qual a América é colocada permanentemente em uma condição de busca pela saída do mundo natural. Essa relação entre o homem e a natureza ainda é base para a elaboração conceitual de Ortega sobre a técnica. Os “atos técnicos”, segundo ele, seriam esforços de transformação, reforma ou adequação da natureza para a satisfação das necessidades humanas que, se tomados em conjunto, conformavam o que ele entendia por técnica: uma reação enérgica contra a natureza. Essa definição é tomada por George Dantas e Angela Ferreira para refletir conceitualmente sobre a noção de cultura técnica, enquanto um adensamento de um conjunto de questões e temas e problemas que constituem um campo discursivo comum.⁴⁸

A reflexão proposta sobre as articulações feitas a partir dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, aponta para como eram disputadas as bases para a elaboração desse objetivo profissional, transfigurado em missão por meio das mobilizações conceituais, defesas, polêmicas e teses. Os arquitetos reunidos nesses eventos argumentavam, via cultura, a necessidade da regulamentação de seu campo, ao mesmo tempo em que forjavam uma função social e política. Dessa maneira, justificavam e legitimavam seu lugar de agentes em um processo de civilização e evolução dos povos e nações americanos por meio da partilha de sensibilidades, representações e lugares comuns sobre a possibilidade da técnica – entendida de maneira ampla de modo a incorporar elementos históricos, culturais e estéticos – alterar a relação do ser humano em relação a seu meio.

Notas e referências bibliográficas

Leonardo Faggion Novo é mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde, atualmente, desenvolve sua pesquisa de doutorado. E-mail: leo.novo7@gmail.com.

- 1 O artigo é fruto da dissertação *Entre arte e técnica: arquiteturas políticas na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História (IFCH/Unicamp). A pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo n.º 2015/13425-5).
- 2 O autor afirmar que, apesar dos estudos sobre a história da arquitetura e do urbanismo muito se apoiarem na noção de “rede”, pouco se tem refletido conceitualmente sobre essa noção. FARIA, Rodrigo de. Pensar por redes. In: JACQUES, Paola B., PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018, p.290.
- 3 WOODS, Mary N. *From Craft to Profession: the practice of architecture in nineteenth-century America*. Berkeley: University of California Press, 1999, p.23-26.

- 4 A expressão “congraçamento dos obreiros do bello” foi cunhada em texto publicado no periódico *Arquitectura no Brasil* do ano de 1923 dedicado a uma apreciação do II Congresso Pan-americano de Arquitetos, ocorrido em Santiago do Chile no mesmo ano. Os argentinos Ramón Gutiérrez e Jorge Tartarini junto ao uruguaio Rubens Stagno organizaram uma obra de fundamental importância sobre a história dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos na qual elencam todos os encontros ocorridos até o ano de 2000 e sistematizam as temáticas debatidas e as conclusões elaboradas em cada encontro. GUTIÉRREZ, Ramón; TATARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000*: aportes para su historia. 1ª ed.. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.
- 5 *Arquitectura* é a publicação mensal oficial da *Sociedad de Arquitectos del Uruguay* e começou a ser veiculada em setembro de 1914, ano da fundação da associação. O comitê editorial era composto por arquitetos uruguaios frequentadores dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, como Eugenio P. Baroffio, Elzeario Boix, Emilio Conforte, Raúl Lerena Acevedo dentre outros.
- 6 Após a primeira edição uruguaia, os Congressos não mantiveram a regularidade. Em 1923, o Chile recebeu o evento, sediado em Santiago; quatro anos depois ele aconteceu em Buenos Aires. A edição de 1930 pode ser destacada como uma das mais polêmicas, sobretudo pelas disputas entre partidários de ideias modernistas e defensores de tendências “regionalistas” ou “tradicionalistas” da arquitetura. Após esse encontro, realizado no Rio de Janeiro e que não teve suas atas e trabalhos oficialmente publicados, os Congressos só voltaram a acontecer em 1940, quando o Uruguai sediou novamente o evento, em Montevídeu. Em 1950, o evento foi realizado pela primeira vez fora da América do Sul, em Havana, Cuba.
- 7 *Arquitectura*. n.33, ano 5, jul.-ago. 1919. As revistas técnicas, órgãos oficiais das associações profissionais nacionais, são documentos fundamentais para a presente análise. A *Revista de Arquitectura* argentina publicou em 1927, ano em que o Congresso foi sediado em Buenos Aires, informações importantes sobre sua organização prévia. As edições de janeiro (nº73), fevereiro (nº74), março (nº75), abril (nº76) e maio (nº77) elencam “informaciones varias” sobre o III CPA, desde os trabalhos da organização até a “colecta pro-Congreso”, uma lista atualizada mensalmente dos profissionais e empresas que faziam contribuições financeiras para a realização das atividades previstas. *Revista de Arquitectura* - Órgano Oficial de la Sociedad de Arquitectos y del Centro de Estudiantes de Arquitectura. Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Buenos Aires.
- 8 Ao longo das primeiras sete edições (1920, 1923, 1927, 1930, 1940, 1947 e 1950) os seguintes países aderiram aos eventos e participaram ao menos uma vez: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Peru, Paraguai, República Dominicana, Panamá, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.
- 9 SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Valença: Editora Valença, 1977. CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo, SP: SENAC, 2002. SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 3rd ed. São Paulo, SP: Edusp, 2010.
- 10 SILVA, Joana Mello de Carvalho e. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. RABELO, Clévio. *Arquitetos na cidade: espaços profissionais em expansão [Rio de Janeiro, 1925-35]*. Tese (Doutorado), FAUUSP. São Paulo, 2011.
- 11 GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras [org.]. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*; Salvador: EDUFBA, 2009.
- 12 III Congresso Pan-Americano de Arquitetos, *Actas y trabajos*, Buenos Aires, 1927.
- 13 A participação de engenheiros nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos não era incomum. No encontro de 1930 representantes do Club de Engenharia do Rio de Janeiro estiveram presentes nas sessões e em alguns debates. Nos *Anais do Club de Engenharia* é possível encontrar um relato de Gastão Baiana, representante da instituição no V Congresso, no qual ele apontava a deficiente organização das comissões, que não chegaram a ler nenhuma tese apresentada. Segundo o engenheiro, as conclusões apresentadas eram vagas e platônicas, aprovadas de maneira apressada: “É de esperar que no Congresso de Engenharia os assuntos sejam estudados com mais cuidado, e deem lugar as conclusões de feição mais prática”. Se, por vezes, as divergências entre essas duas categoriais são interpretadas como simples disputas por mercado de trabalho, chamo a atenção para como elas indicam embates políticos que se relacionavam ao modelo de gestão urbana desejado e projetado. Nesse mesmo Congresso, por exemplo, nos debates acerca do urbanismo e, sobretudo, quem seria o profissional mais indicado para atuar como urbanista, não houve consenso. José Marianno Filho defendia que o urbanismo, como especialização, pertencia à cultura arquitetônica; Arthur Motta, engenheiro ligado ao Mackenzie College, diferentemente de seu companheiro de profissão Gastão Baiana, partia da dupla acepção do urbanismo, como arte e como ciência, para conciliar sua prática entre as duas classes profissionais. IV Sessão Plenária, IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, 1930. Ou seja, longe de entender arquitetos e engenheiros como classes profissionais antagônicas, é necessário esmiuçar as inúmeras tensões identificadas no interior desses dois campos e privilegiar o jogo político no qual ambas faziam parte, o que lhes permitia tomar diferentes posturas a partir de mutáveis interesses.
- 14 *Revista de Arquitectura*, n.116, ago.1930, p.500.
- 15 Idem.
- 16 Idem, p.499.
- 17 Robert González indica, em seu estudo, como o pan-americanismo teve de ser desenhado, em uma perspectiva multidisciplinar que contou com inúmeras iniciativas de mobilização política da cultura desde o início de suas formulações. GONZÁLEZ, Robert Alexander. *Designing Pan-America: U.S. architectural visions for the Western Hemisphere*. Austin: University of Texas Press, 2011.
- 18 A pasta com esse conjunto de cartas e ofícios é parte do acervo da Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos (FPAA), sediada em Montevídeu no Uruguai, responsável pela guarda grande parte da documentação dos Congressos Pan-Americanos. O conteúdo da parte analisada dessa correspondência ativa e passiva variava entre convites para a composição de comissões, inscrições de delegados para cargos de representação, acusamento de recebimentos de documentos e informações, e esclarecimentos de dúvidas.
- 19 Carta de 31 de dezembro de 1926 localizada na pasta do Brasil do acervo da Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos (FPAA), Montevídeu, Uruguai.
- 20 Rio de Janeiro, sem data.
- 21 A tese foi apresentada, inicialmente, na forma de trabalho pelo arquiteto uruguaio Fernando Capurro.
- 22 Primer Congreso Panamericano de Arquitectos. *Actas e trabajos*, Montevídeu: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 1921, p.180.
- 23 Idem, p.271.
- 24 Idem, p.280-283.

- 25 Ibidem.
- 26 Idem, p.270.
- 27 Os discursos de Alexandre Albuquerque, engenheiro-arquiteto diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo, onde também lecionou, recorrentemente se baseavam em metáforas que aludem ao universo medieval, como *paladino*, ou mesmo da *grande cruzada*. As implicações políticas dessas metáforas e sua inserção na campanha por regulamentação profissional foram analisados pelo autor em artigo publicado na Revista *Risco*. NOVO, Leonardo Faggion. Aos cavaleiros da Politécnica: regulamentação profissional, metáfora e política no discurso de Alexandre Albuquerque. *Risco (São Carlos)*, v. 14, p. 15-23, 2016.
- 28 ANHAIA MELLO, Luiz I. de. Os arautos da tecnocracia, *Boletim do Instituto de Engenharia*, mai. 1933. Um segundo livro publicado em 1933 nos confirma a circulação dessa doutrina e da mitologia sobre seus criadores. Em *Tecnocracia*, o jornalista italiano Virgilio Dagnino (1906-1977) apresentava o conceito e uma gênese de sua elaboração com o objetivo de deslocar essa doutrina entendida como norte-americana para o “velho continente”.
- 29 III Congresso Panamericano de Arquitectos, *Actas e trabajos*, Buenos Aires, 1927, p.43.
- 30 Idem, p.55.
- 31 Primer Congreso Panamericano de Arquitectos. *Actas e trabajos – publicación oficial del Comité Ejecutivo del Congreso*, Montevideú: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 1921, p.173-5.
- 32 Bacharel é o termo usado para caracterizar aquele que, após cumprir um período de estudos, recebe a distinção de um grau acadêmico. No Brasil, está fortemente atrelado aos formados pela Faculdade de Direito ou de Filosofia, Ciências e Letras, apreensão mobilizada para caracterizar o século XIX e a valorização dessa formação específica, embora outros profissionais também pudessem alcançar a distinção.
- 33 CERASOLI, Josiane Francia. *A Grande Cruzada: Os Engenheiros e as Engenharias de Poder na Primeira República*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- 34 TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1984, p.102.
- 35 Um exemplo é o artigo de Victor Freire publicado na *Revista Polytechnica* em 1924. FREIRE, V. da S. A Tecnologia Geral no Seculo XX. *Revista Polytechnica*, São Paulo, v. 13, n. 77, p. 369-386, out./nov. 1924. Victor da Silva Freire (1869-1951) diplomou-se como engenheiro civil em 1891 na *École Nationale des Ponts et Chaussées*, em Paris. Em 1895 fixou residência em São Paulo, onde atuou na Superintendência de Obras Públicas do Estado e do Município, além de outros postos e cargos técnicos em empresas particulares e no setor público. Começou a lecionar na Escola Politécnica de São Paulo em 1898 a cadeira de Tecnologia Civil e Mecânica.
- 36 É necessário, aqui, traçar algumas considerações sobre a efetividade das conclusões elaboradas nos Congressos Pan-Americanos de Arquitectos. Em artigo publicado na *Revista de Arquitectura* argentina, o arquiteto Raúl Alvarez faz uma defesa desses espaços enquanto responsáveis por aproximar internacionalmente os arquitetos a partir de suas competências profissionais e trabalhar a cordialidade americana. Ele indica os limites das conclusões firmadas nos Congressos e a vital necessidade do apoio dos governos americanos, já que as conclusões seriam como “votos de aspiração até encontrarem a sanção legal necessária e indispensável das autoridades para que se tornem eficazes”. *Revista de Arquitectura*, Buenos Aires: Sociedad Central de Arquitectos, n.123, mar., 1931, p.114.
- 37 A obra teve, ao menos, duas outras edições, cuja a mais recente – a terceira, de 1944 – reúne um expressivo número de ensaios e artigos elaborados em diferentes épocas a fim de contemplar desde o período pré-colombiano até objetos mais contemporâneos, como o muralismo mexicano e os arranha-céus. O frontispício do livro nos informa que entre 1922 e 1944, considerando a reedição de *Redescubrimiento*, Guido publicou 18 obras de conteúdos que transitam entre a história da arte, da arquitetura e do urbanismo. GUIDO, Angel. *Redescubrimiento de America en el Arte*. Libreria y Editorial El Ateneo: Buenos Aires, 3ª edição, 1944, p.25. Essa estratégia de republicar coletâneas que reuniam artigos de diversas datas também é encontrada no exame da trajetória de José Marianno Filho. Ao menos dez publicações suas foram identificadas como coletâneas de textos previamente veiculados em periódicos e fazem parte de sua campanha arquitetônica e artística no Brasil. Elas indicam uma intensa atividade editorial durante os primeiros anos da década de 1940, ao publicar estudos sobre questões que iam desde a arte brasileira até os “copiars do nordeste brasileiro”, passando por um ensaio pelo passeio público do Rio de Janeiro. Dentre eles, destaque: *Estudos de Arte Brasileira* (1942); *À margem do Problema Arquitetônico Nacional* (1943) e *Debates sobre estética e urbanismo* (1944).
- 38 FRANK, Waldo. *The Re-Discovery of America: an introduction to a Philosophy of American Life*. New York: Charles Scribner’s Sons, 1929.
- 39 GARCÍA, José Uriel. *El Nuevo Indio*. H. G. Rozas, sucessores: Cuzco, 1930.
- 40 GUIDO, Angel. *Redescubrimiento de America en el Arte*. Libreria y Editorial El Ateneo: Buenos Aires, 3ª edição, 1944.
- 41 Margareth Pereira assinala a vida efêmera da Associação Brasileira de Urbanismo, fundada em 1927 e que reunia pintores, escultores, arquitetos e engenheiros, bem como sua relação com projetos pan-americanistas. PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. O Pan-americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil: 1920-1945. In *Anais do IV Seminário da História Urbana e Urbanismo*. Denise Machado (org.). Rio de Janeiro: ProUrb-UFRJ, 1998. p. 1194.
- 42 No ano de 1959 a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou, na seção “Bio-Bibliografia” apontamentos feitos por Maria Carolina Fleiuss sobre a trajetória de Morales de los Rios Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 242, jan.-mar. 1959, p.438.
- 43 GUIDO, Angel. *Redescubrimiento de America en el Arte*. Libreria y Editorial El Ateneo: Buenos Aires, 3ª edição, 1944, p.22.
- 44 MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho. *Teoria e Filosofia da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955, p.19
- 45 Essa síntese da filosofia hegeliana foi elaborada com o propósito de situar, de maneira superficial, algumas concepções históricas. Não pretendo estabelecer um diálogo direto com o filósofo, dado que, para isso, seria necessário maiores investimentos em estudar suas reflexões e teorias. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução a filosofia da história universal*. Lisboa: Ed.70, c1995.
- 46 Segundo Ortega y Gasset, a partir dos preceitos racionalistas utilizados por Hegel, o passado seria constituído apenas por aqueles povos que formaram claramente um Estado, tido como o início de uma nova realidade, sobrenatural – em oposição àqueles povos que ainda viviam em um estado natural. Dessa forma, os povos considerados primitivos não entram na História e são condenados a permanecer na “pré-história”, lugar dos “homens da natureza” e da não-história (ou anti-história). Na natureza, segundo ele, cada coisa está submetida a algo externo a ela, o que, por essência caracterizaria a escravidão e a ausência do *progresso*, fazendo com que as coisas permanecem sempre as mesmas.
- 47 O termo, evidentemente, não fora usado pelo filósofo no século XIX, entretanto, a noção estava implicada na ideia de que a humanidade “esparramada” não consegue adquirir consciência de seu *Espírito* e depende de uma disposição especialmente compacta e densa para que sair da vida natural. Segundo Hegel,

quando o espaço sobra, a Natureza se apodera do homem. As elaborações em torno do lugar da América não se reduzem às teorias de Hegel e constituem um problema intelectual abordado por muitos pensadores. Uma retomada história dessa polêmica foi feita por Antonello Gerbi a partir da inserção de Hegel em uma tradição que se iniciou antes dele e continua a ser atualizada. GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

- 48 DANTAS, George A. F.; FERREIRA, Angela Lucia. Horizontes da cultura técnica moderna no Brasil: história, fontes e questões. *Registros*. FAUD, UNMdP, Mar del Plata, Argentina, n.1, v.13, p. 5-18, 2017.

[Artigo recebido em Fevereiro de 2018. Aprovado para publicação em Julho de 2018]